



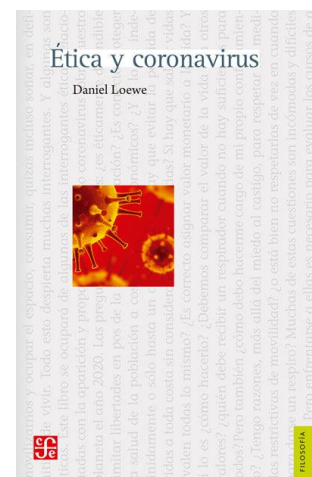
Bioética e Coronavirus: insumos para políticas públicas

*Bioethics and Coronavirus:
inputs for public policy*

*Bioética y Coronavirus:
insumos para política pública*

*Bioéthique et Coronavirus:
contribution à la politique publique*

Obra: Ética y Coronavirus
Autor: Danel Loewe
Cidade: Santiago (Chile)
Editora: Fondo de Cultura Económica
Idioma: Espanhol
Ano: 2020
Páginas: 227 p.
ISBN: 978-956-289-206-3



Iván Godoy-Flores¹

¹ Licenciado em Administração de Empresas, Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, doutorando no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Especialização em Bioética, Pesquisa com Seres Humanos e Animais de Experimentação. Pesquisador e acadêmico na Universidade de Tarapacá (Chile). Docente das disciplinas de Ética e Moral, Ética e Moral Profissional, Bioética e Direitos Humanos.

A pandemia do novo coronavírus mudou a vida de muita gente, e para sempre. E em muitos casos também levou a vida de milhares de pessoas. Em quanto estivemos com distintas restrições sociais, nos perguntamos sobre o que mudaria e o impacto nas nossas vidas.

Algumas mudanças não somente se circunscreveriam no âmbito social senão também no âmbito das políticas públicas. Pois estas últimas seriam o instrumento do Estado para determinar as ações públicas (Silva, 2013, 2014, 2018) tendentes a salvar (ou não) vidas. O impacto nas nossas vidas seria o resultado de um determinado *ethos* das sociedades. É a ética da vida, a bioética.

É eticamente defendível restringir as liberdades em a favor da saúde? É correto proteger a saúde a custa de outros bens? E é indefinidamente ou até que ponto? Devemos evitar a perda de vidas humanas sem considerar a consequências? Se devemos salvar vidas, valem todas iguais? Devemos comparar o valor da vida com outros valores?

Estas e outras interrogantes éticas intentam ser respondidas pelo Dr. Prof. Daniel Loewe no livro *Ética y Coronavirus*, publicado pela editora Fondo de Cultura Económica, ainda sem tradução para o português. Trata-se de um livro de 227 páginas divididas em cinco capítulos cuja linha condutora é o coronavírus não situado necessariamente no Chile, mas com uma narrativa que vislumbra realidades do mundo inteiro. Estes capítulos são: 1. *Dios y el coronavirus*; 2. *Libertad y coronavirus*; 3. *Coronavirus y utilidad*; 4. *Deberes y coronavirus*; e 5. *El fin del mundo*.

Muitas destas perguntas sobre a vida são incômodas e difíceis de tratar, diz Loewe. Pois a questão ética dependerá da

avaliação dos cursos de ação frente à pandemia. Os cursos de ação muitas vezes implicam decisões trágicas, onde sempre, de alguma forma, haverá uma perda (Loewe, 2020).

Não se trata de uma questão de dilemas éticos, entre o bem e o mal, se não o fato que alguns bens se obtém a custa de outros. Onde o melhor bem resulta na escolha de um mal menor. Mas também não se trata do que propôs o conservador Irving Kristol: “As questões morais realmente difíceis surgem não de um confronto entre o bem e o mal, mas de uma colisão entre dois bens” (Dupré, 2017: 15).

Muitos governantes –principalmente da direita e extrema direita política– durante a pandemia, também argumentaram que determinados valores como a economia e a saúde entravam em conflito; como diz Dupré (2017), levando ao debate moral e estabelecendo dilemas morais. Mas tal conflito não passa de um falso dilema. Não há dilema quando a vida está em jogo. A saúde, em tanto conservação da vida do ser humano, é a finalidade.

Ética y Coronavirus é um texto de filosofia moral com caráter didático, que contém as principais orientações e doutrinas da ética. Orientações clássicas como o utilitarismo, kantianismo, atos e omissões, duplo efeito entre outros que são comentados com exemplos do mundo afora. Mas, no entanto, é uma ética aplicada sobre a vida, a bioética.

No curso da leitura compreendemos uma ampla reflexão sobre a bioética sob o aspecto das decisões públicas, pois “*las cuestiones éticas están presentes en las discusiones sobre políticas públicas*” (Loewe, 2020: 29). E a época da pandemia obriga a estas reflexões, pois implicam a

alteração da vida pública como até então a conhecêramos. O valor da vida e a possibilidade da morte. *“Pero resulta ser que los valores morales son efectivos en la vida pública”* (Cortina, 2013: 19).

Ética e Política Pública

No livro, Loewe faz um convite para realizar uma análise crítica das questões éticas no contexto da aparição e propagação da Covid-19. As questões éticas surgem em muitas situações da vida humana. Algumas correspondem a assuntos pessoais e outras a assuntos públicos e a fundamentação para cada uma delas é diferente, ou seja, uma ética pessoal e uma ética pública, aquela que por alguma razão, nos involucra a todos (Loewe, 2020).

Loewe declara no texto não ser especialista em políticas públicas, mas consegue passo a passo, fornecer insumos próprios para uma ética pública. Entenda-se por ética pública aquela que se refere às decisões e modos de comportamento de funcionários públicos, sejam eles designados ou elegidos, no cumprimento de sua função e uso de suas atribuições. Refere-se a decisões de presidentes e seus ministros, dos parlamentários no momento de fazer leis, dos expertos ministeriais, dos fazedores de políticas públicas, até o mais humilde servidor público.

Ética que também é atribuída aos cidadãos no seu papel de cidadãos, isto é, ao tratar de assuntos públicos, por exemplo, ao arguir a favor ou contra de uma política pública em particular (Loewe, 2020). Justificativas não faltam; a

saúde na pandemia foi uma questão de saúde pública tanto no Chile como no Brasil, na Argentina e no Peru.

Foram as instituições públicas de saúde que deram conta das hospitalizações, tratamento da Covid-19 e posterior programa de vacinação massiva. Foram as políticas de rastreamento (World Health Organization, 2021) -ou não- que definiram a velocidade de propagação do novo coronavírus ou as políticas de infodemia de cada país da América Latina como a capacidade de informar e deter as notícias falsas (Nieves-Cuervo, 2021) por dar alguns exemplos.

No mundo das políticas públicas, diz Loewe (2020), há uma dupla tentação que deve ser resistida. A primeira é considerar que os assuntos éticos são, por algum motivo, evidentes y por tanto não merecem maior atenção. Como o que acontece com frases como: “a proteção da vida antes de tudo”. Porém, muitas vezes essa apreciação evidente retrocede nos casos singulares e as intuições ou dogmas sem maior escrutínio.

A segunda tentação é defender a difundida crença que tudo isto não passa de questões técnicas. Mas isso não é bem assim. Não cabe dúvida que existe um espaço muito amplo para as questões técnicas. Porém não é correto pensar que a decisões sobre políticas públicas sejam somente técnicas e não incluam considerações éticas. A usual e correta referência à eficiência e eficácia não torna dispensável a referência aos objetivos que a política pública persegue e às restrições que submete sua consecução.

De igual modo, agrega Loewe (2020), os supostos baseados nos modelos técnicos, por exemplo, com respeito do que produz bem-estar, como nos

comportamos, como nos relacionamos, etcetera, não se mantém por si só. São assuntos éticos ou, ao menos, não são alheios à ética. Dai a importância de visibilizar as temáticas éticas, não cair na falta de reflexão crítica, ser conscientes do que está em jogo para saber o que é aquilo que estamos fazendo.

Outra questão apontada por Loewe (2020) é que devemos evitar cair na armadilha da “tranquilidade do burocrata”. Este é o técnico que imuniza seu acionar mediante protocolos e regulamentos, pois existe um dever ético fundamental de examinar criticamente nossas crenças, convicções e estados das coisas. Ir além do que parece evidente. O dever epistémico que nos protege da banalidade do mal, conceito proposto por Hannah Arendt. Pois é um caminho que deve ser evitado desde o início.

A naturalização pode perfeitamente ser um exemplo disso na nossa sociedade.

As considerações éticas são inevitáveis no momento de desenhar políticas públicas e é importante reconhecê-lo. Se nos mantemos em dizer que são questões técnicas ou evidentes é porque não reconhecemos as problemáticas éticas (Loewe, 2020).

Segundo Loewe (2020), isto não é um indício de uma falta de sentido moral (embora seja em alguns casos). O autor está preocupado com situações de naturalização, mediada por mecanismos de socialização, rotinas, opiniões aceitas sem um devido exame crítico.

Nesta obra, Loewe nos convida a apropriar-nos de modo consciente e crítico das temáticas éticas subjacentes aos modos em que o indivíduo e sociedades encararam os desafios do coronavírus. É um convite para rejeitar a tranquilidade do burocrata e a certeza dos

dogmáticos. Nessa concepção epistemológica e ontológica e também válida para concepção da resenha deste livro, cito a ideia proposta por Silva (2009: 40): “Fazer a ética é fazer a crítica, é buscarmos produzir saberes que nos permitam compreender y explicar a nossa realidade moral”.

Economia *versus* Vida?

Na questão econômica, Loewe (2020) faz uma reflexão ética profunda sobre as relações e impactos da pandemia na economia. Sua episteme recorre pelas doutrinas utilitaristas insinuadas pelos ministérios de diferentes governos mundo afora. O utilitarismo, diz Loewe, é uma doutrina ética baseada nos interesses.

A maximização da felicidade, na definição do utilitarismo benthaniano, é a maximização na satisfação dos interesses. O autor, ao mesmo tempo questiona: “¿Cuánto podemos hipotecar el futuro y a las generaciones que lo poblarán de un modo que sea éticamente defendible?”

Por isso, o autor conclui que a ética não pode descansar nas instituições, como se estas se comunicassem com as verdades éticas. As instituições devem ser sempre examinadas racionalmente. A ética não pode nos levar a adotar uma perspectiva que outorgue aos interesses um lugar central. Como propõem Adela Cortina (2013), a ética serve, entre outras coisas, para nos lembrar que é uma obrigação poupar sofrimento e gasto fazendo bem o que está em nossas mãos fazer, assim como também investir no que vale a pena.

É uma obviedade que a maximização da felicidade pode implicar a violação de

direitos fundamentais. O utilitarismo “*transforma el ejercicio ético como un proceso de la reflexión en un cálculo matemático*” (Loewe, 2020: 109). Doutrina que convida a tomar decisões, nas políticas públicas, por exemplo, com calculadora na mão.

A disjuntiva entre salvar vidas e proteger a economia pode ser examinada desde duas perspectivas éticas que usualmente (e por boas razões) se consideram antagônicas segundo Loewe (2020): a deontologia e o utilitarismo. Num exame aproximado, os modos como essas perspectivas se relacionam como o fenómeno do coronavirus é definido pelo autor como complexas, porém resultam úteis para analisar o que está em jogo “*mediante acciones públicas*” (Loewe, 2020: 104).

A pesar de tudo, o autor prefere ponderar, pois considera que o bem estar e os números são importantes. Para ele a influencia de utilitarismo está presente na economia do bem estar e nas políticas públicas, onde essa influencia aparece sob a forma de custos e benefícios e a final seria impropriedade descartá-los só porque não parece aceitável. Sentimentos que se contrapõe, porém este é outro assunto abordado pelo autor na continuação.

Intuições, Emoções e Políticas Públicas

Loewe (2020) inicia sua referência com as intuições éticas, algo primordial e bem ao nosso alcance como opiniões cuja verdade se apresenta como evidente e estão conectadas ou baseadas em emoções. Depois de uma profunda

reflexão sobre Deus, deísmo e teodiceia, o autor argumenta: “*Sin fundamentos divinos para pensar a cerca de la ética, las intuiciones se ofrecen como un punto de partida*” (Loewe, 2020: 58).

Segundo Loewe (2020), a psicologia empírica desenvolveu uma serie de experimentos que sugerem que as intuições estão vinculadas a um conjunto (inato e evolutivo) de sistemas afetivos que geram centelhas de sensações no momento de confrontar-nos a uma suposta violação moral.

Os resultados dos experimentos de Psicologia sugerem que as normas culturais e as emoções formadas na cultura possuem um impacto substancial nos processos de juízo moral. Existem indícios do importante papel desempenhado pelas emoções no razoamento moral.

Na leitura da psicologia empírica, isto indica que as pessoas não realizamos juízos éticos de maneira racional. Estes juízos descansam em respostas emocionais intuitivas, e que o razoamento consciente é posterior, como uma justificação *ad hoc*. Porém, manifestar intuições não pode ser o mesmo que articular um juízo ético. As intuições podem mudar rápida e radicalmente nos indivíduos (Loewe, 2020).

Se as intuições oferecem algum valor, elas então devem ser examinadas a partir de uma perspectiva racional (Loewe, 2020). Seria então um importante procedimento para garantir a qualidade de nossos juízos éticos, para não tornarmos escravos de nossas paixões. Mas se as intuições estão na base de nossos juízos éticos, como afirma Haidt, um modo de encarar o seu caráter emotivo e não racional, é examinar esses juízos criticamente sob a luz dos princípios, e os

princípios sob a luz desses juízos, até chegar o que John Rawls denominou “balanço reflexivo” (Loewe, 2020; Silva, 2021). Mas tudo aquilo que não pode ser mudado (e controlado) pela razão parece ser uma má ideia, diz o autor, pois as emoções nos invadem (embora as entendamos do modo judicativo) e não são um modo racional consciente de direcionar-nos no mundo. “*Siguiendo la mejor filosofía aristotélica, debemos expresar las emociones adecuadas ante cada situación singular*” (Loewe, 2020: 197).

Particularmente, prefiro a proposta de López Rosetti (2018) ao se referir aos humanos não como seres racionais, mas como seres emocionais que razoam. Até porque as emoções cumpririam três funções: adaptativa, social e motivacional. Uma receita muito adequada para o *ethos* nos assuntos públicos.

A ética é assim, um mecanismo para considerar aos indivíduos em relação ao que é importante para eles, isto é, seus interesses. Proposta que vem da economia clássica. Mas isso não quer dizer, segundo Loewe, que só os interesses dos seres humanos contam. Desde esta perspectiva, as perguntas éticas que se formula o autor com respeito aos modos de fazer frente ao coronavírus e os desafios que nos apresenta, devem ser consideradas em base aos interesses e como estes se vem afetados nos diversos cursos de ação (Loewe, 2020). Tudo isso nos leva a pensar que até as políticas públicas podem estar mediadas por um leque de emoções e as emoções por um leque de respostas intuitivas. Então, o papel da racionalidade nas políticas públicas é secundário? Não necessariamente, mas devemos considerar o que já se sabia há muito

tempo sobre os limites da racionalidade que apontara Herbert Simon e agregar as emoções, sentimentos e estados de ânimo na equação das políticas públicas.

Coronavirus e as liberdades

Outra questão levantada pelo autor diz respeito à liberdade, valor “dogmáticamente” defendido incondicionalmente pela doutrina liberal (e neoliberal também). As liberdades foram questionadas durante os momentos mais críticos da pandemia, principalmente em ocasiones do *lock down*, isolamento social, ou restrições à liberdade individual. Loewe (2020) assume a ideia de que a liberdade é valiosa. Porém questiona que, se a liberdade é tão valiosa, então sua restrição coactiva por parte do Estado deve ser justificada.

Para isso o autor percorre por varias orientações éticas, como o principio do dano, o duplo efeito, ações e omissões e meios e fins, entre outros para chegar a diversas conclusões: a coação estatal está justificada quando se trata de prevenir os contágios, entendido como o dano que uns podem fazer aos outros. Muitas destas orientações foram eficazes para aplanar a curva de contágios e evitar o colapso dos hospitais e o déficit de leitos. A liberdade passaria a se um mal menor nestas circunstancias.

Não é um mistério que a pandemia trouxe muitas outras situações, como fenómenos morais, entre elas a corrupção, a negligência e a desídia governamental, entre outras, que não foram abordadas pelo autor na obra. Já no final do texto o autor recalca a condição

humana frente à pandemia, os temores e medos que este flagelo traz à humanidade e como de alguma forma teremos que nos acostumar com o coronavírus no cotidiano das nossas vidas. Que não estamos sós neste planeta, pois compartilamos com outros seres que sentem. Mas nós somos seres humanos, diz Loewe também somos capazes de pensar e desenvolver emoções complexas.

No mesmo sentido o autor alerta para a *hibris* do ser humano, definido como estado inspirado pelas paixões exageradas, as ações irreflexivas, as desmesura do orgulho, da contumácia, e da arrogância que muitos governos tem exibido durante a pandemia (Cox Vial, 2020). Mas não espere encontrar juízos morais contra ou a favor dos governos nesta obra. O autor é cauto e parece esperar os desfechos desta pandemia para tirar as suas conclusões sobre a atuação do governo chileno por exemplo. Até porque o autor deixou de lado todo tipo de reflexão sobre a ética da responsabilidade (Jonas, 2006), nos assuntos públicos e também nos assuntos privados; um bom remédio contra o triunfo da estupidez humana (Mamion, 2020).

Um estudo rigoroso, diz Santos (2010), do sentido da ética da responsabilidade, ou do bom governo indica que o político não foi desobrigado de princípios éticos. Onde a avaliação do governo e suas políticas públicas não devem ser feita pelas virtudes de seus governantes - mas a partir da qualidade de suas instituições. A política moderna não autoriza ao político agir em acordo com seus interesses pessoais e sim ocupar-se do resultado de suas ações. Neste sentido poderemos arguir que a ação pública

possui um enorme conteúdo ético na medida em que torna o político responsável pela preservação ou deterioração do bem comum.

Na fundamentação da ética da responsabilidade, Oliveira & Pommier propõem que:

é preciso superar a impotência em relação à compulsão autoimposta ao exercício irrestrito do poder da tecnologia, como se a resolução de todos os macroproblemas humanos passasse necessariamente apenas pela racionalidade estratégico-tecnológica” Oliveira & Pommier (2019: 220).

E esta superação emergiria não do conhecimento oficial das esferas públicas, mas de um novo sentimento coletivo de responsabilidade e temor, de um refinado senso de abertura e cuidado. O medo pode ter um efeito heurístico, que nos leve a outros estilos de vida e também levar-nos aos benefícios da responsabilidade de nós mesmos e as próximas gerações de seres humanos (Oliveira & Pommier, 2019). Essa heurística tem o propósito apelar à moderação e à prudência, pois como já foi exposto na obra de Loewe, o que está em jogo é a própria existência e a possibilidade da vida e não apenas humana, no Planeta – responsabilidade à luz das futuras gerações de seres humanos (Oliveira & Pommier, 2019).

Referência Bibliográfica

- Cortina, Adela (2013). *¿Para qué sirve realmente la ética?* Barcelona: Planeta.
- Cox Vial, Pablo (2020, 16 de noviembre de). Síndrome de Híbris y el “Chilean way”. *El Mostrador*. Acessado em 5 de abril de 2021.

- Dupré, Ben. (2017). *50 ideias de ética que você precisa conhecer*. São Paulo: Planeta do Brasil. <https://www.elmostrador.cl/destacado/2020/11/16/sindrome-de-hibris-y-el-chilean-way/>
- Jonas, Hans. (2006). *O principio da responsabilidade. Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: PUC/Rio
- Loewe, Daniel. (2020). *Ética y Coronavirus*. Santiago: Fondo de Cultura Económica.
- López Rosetti, Daniel (2018). *Emoción y Sentimientos*. Buenos Aires: Planeta.
- Mamion, Jean-François. (Ed.). (2020). *El triunfo de la estupidez*. México: Planeta.
- Nieves-Cuervo, Giselly., Manrique-Hernández, Edgar F., Robledo-Colonia, Angelo Fernando., & Grillo-Ardila, Elvia Karina. (2021). Infodemia: noticias falsas y tendencias de mortalidad por COVID-19 en seis países de América Latina. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 45(e44). <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/53901/v45e442021.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Oliveira, Jelson, & Pommier, Eric (Edits.). (2019). *Vocabulario Hans Jonas*. Caxias do Sul: EDUCS.
- Santos, Gislene Aparecida (2009). Apresentação. Em Flávia M. Sarti, & Gislene A. Santos (Edits.). *Ética, pesquisa e políticas públicas*. (pp. xi-xiv). Rio de Janeiro: Rubio.
- Silva, Alessandro Soares da. (2009). Contribuições dos movimentos sociais para a desprivatização da ética na perspectiva da psicologia política. Em Flávia M. Sarti, & Gislene A. Santos (Edits.). *Ética, pesquisa e políticas públicas* (pp. 37-83). Rio de Janeiro: Rubio.
- Silva, Alessandro Soares da. (2013). Un Enfoque Psicopolítico de las Políticas Públicas. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 11(30), 1-6. Acessado em 04 de março de 2021, de: <http://www.psicopol.unsl.edu.ar/pdf/JulioAgosto2013-Articulo01.pdf>
- Silva, Alessandro Soares da., & Ansara, Soraia. (2014). Escola e comunidade: o difícil jogo da participação. Em Fraudelin Vidigal de Paula; Denise D'Aurea-Tardeli. (Org.). *Formadores da criança e do jovem. Interfaces da comunidade escolar*. (pp. 97-137). São Paulo: Cengage Learnig.
- Silva, Alessandro Soares da. (2018). A Ação Pública: um outro olhar sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 8(1), 194-204. Acessado em 04 de março de 2021, de: <https://doi.org/10.11606/rgpp.v8i1.175154>
- Silva, Alessandro Soares da. (2021). A Justificação Moral do Agir Humano: entre a solidariedade coletiva e a solidão de Narciso. *Ciência Hoje*, 377, 1-3. Rio de Janeiro <https://cienciahoje.org.br/artigo/nac-estante-377/>
- World Health Organization. (2021). Contact tracing in the context of COVID-19: interim guidance. *World Health Organization*. Acessado em 04 de março de 2021, de: https://www.google.com/aclk?sa=l&ai=DChcSEwiFup_2rD8AhUO9pEKHfX0BjkYABAAGgljZQ&sig=AOD64_2eC0WCW9jEruD_gloSFMcaZe0I5Q&q&adurl&ved=2ahUKewiSn5T_2rD8AhWpt5UCHUoYDbMQ0Qx6BAgJEAE

Recebido em 09/10/2021. Aceito em 06/12/2021.